

Multinacionais visam à opinião pública

A campanha das multinacionais contra as restrições ao capital estrangeiro aprovadas pela Constituinte tem uma função bem definida: esclarecer a opinião pública e os parlamentares sobre os efeitos negativos desta decisão. Para tanto, cerca de 20 empresas estrangeiras estão se organizando em uma empreitada que custará US\$ 1,6 milhão (US\$ 320 milhões), destinado a um pequeno comércio a ser veiculado pela televisão em cadeia nacional (orçado em US\$ 1,120 milhão), plásticos, adesivos e encontros com o Governo e parlamentares.

O Diretor Vice-Presidente da Esso do Brasil, Dioclecio Dantas de Araújo Filho, uma das empresas engajadas na campanha, lamentou que as informações tenham chegado a Brasília de forma tão distorcida (referência aos rumores de tentativa de suborno que rondaram o Congresso esta semana) e disse estar em dúvida quanto aos próximos passos do movimento. Preocupado com o que chamou de distorções das informações, ele chegou a questionar a validade de as empresas levarem esta campanha adiante.

— Este dinheiro dividido entre as 20 empresas dá exatamente US\$ 80 mil para cada uma. Ora, isso representa 0,004 por cento do faturamento da Esso no ano passado. Em termos proporcionais, é uma quantia muito pequena que está sendo destinada a uma campanha absolutamente legal em defesa não apenas dos nossos in-

teresses, mas dos interesses do País.

O Presidente da Esso, William Jackson, argumentou que as restrições ao capital estrangeiro vão dificultar o crescimento da economia brasileira, uma vez que a poupança interna (que atingiu um dos níveis mais baixos da década) é insuficiente para sustentar taxas elevadas do PIB nos próximos anos. A seu ver, fechando as portas para o investimento externo, o Brasil contará apenas com novos empréstimos dos bancos estrangeiros e agências oficiais, ou seja, terá que se endividar ainda mais.

Em Brasília, o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) encaminhou ontem à Mesa da Constituinte o ofício onde exige a apuração das notícias de que as empresas multinacionais disporiam de US\$ 2 milhões (CZ\$ 400 milhões) para pressionar a Assembléia no segundo turno de votação. A maioria dos pronunciamentos feitos durante a sessão de ontem repelia a atuação dos lobbies que podem "macular a imagem da Assembléia".

O Presidente em exercício da Constituinte, Senador Mauro Benevides (PMDB-CE), informou que a Mesa estará reunida na próxima semana para discutir as medidas cabíveis e provavelmente emitir nota de repúdio. Mas qualquer medida só será tomada depois que o Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) reassumir a Presidência da Constituinte.

O Deputado José Genoíno (PT-SP) foi o primeiro a protestar contra a iniciativa das empresas multinacionais. Ele exigiu providências da Mesa e de todo o plenário, "que tem obrigação de mostrar sua indignação", sob pena de a sociedade considerar normal os atos de corrupção. O Deputado Adylson Motta (PD-RS) propôs que a Polícia Federal auxiliasse na investigação.

— Se isto é verdade, nós queremos saber quais são as empresas, o que elas querem mudar e quem são os constituintes que estão em suas metas — exigiu o Deputado.

O também pedesista Víctor Faccioni (RS), disse que "os empresários, ao anunciarem esta tática lamentável", prestaram um desserviço à Nação. Para ele, as informações de que as multinacionais investiriam milhões de dólares, para derrubar as questões que lhes interessam, só poderiam ter sido dadas por irresponsáveis.

— Ou estão a serviço da confusão ou estavam bêbados — disse Faccioni, exigindo que as confederações empresariais sérias também repudiassem estas informações.

Apontando como alienígenas os interesses "daquelles que querem colocar em risco a soberania da Assembléia", o Deputado Mário Lima (PMDB-BA) disse que só através da união de todos os parlamentares seria possível resistir às pressões de lobbies tão poderosos. Sua afirma-

ção foi rebatida pelo Deputado Paulo Delgado (PT-MG):

— Só se podem comprar homens que estão à venda, por isso não temo a pressão dos lobbies.

Por duas vezes, a Mesa prestou esclarecimentos aos parlamentares quanto ao comportamento que pretende adotar para apurar as denúncias. O Secretário Geral, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PMB-SP), que ocupou a Presidência no início da sessão, disse que a questão já merecia repúdio expresso do Presidente Ulysses Guimarães e de seu interino na Constituinte, Senador Mauro Benevides.

O Senador explicou ao plenário que recebera um ofício do Relator Bernardo Cabral e que seu despacho era no sentido de uma decisão colegiada, o que exige uma reunião prévia de todos os integrantes da Mesa.

● SESSÃO — A primeira sessão de discussão do Projeto de Constituição B, reuniu um número quase inexpressivo de parlamentares, que se dedicaram pouco ao debate de matérias constitucionais. O Relator Bernardo Cabral e seus Relatores Adjuntos — Senador José Fogaça (PMDB-RS) e Deputados Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo Oliveira (PL-SP) — trocaram inúmeros elogios e explicaram em linhas gerais o trabalho realizado pela Relatoria.

A anistia concedida aos microempresários e produtores rurais também foi citada nos pronunciamentos, em especial pelo Deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), que tentará suprimir o dispositivo, mas poderá estendê-lo a quem já quitou suas dívidas, caso não consiga sucesso no seu intento.

BRASCAN REJEITA QUALQUER DISTORÇÃO

O Presidente da Brscan-Administração e Investimentos Ltda., Roberto Paulo Cezar de Andrade, enviou ao Presidente das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho, a seguinte carta, com data de 6 deste mês:

"Caro Dr. Roberto: "A campanha de informação da opinião pública a respeito do papel do investimento estrangeiro de capital de risco no desenvolvimento presente e futuro do Brasil vem tendo o seu caráter distorcido no propósito de caracterizá-lo como grosseira e ofensiva tentativa de influenciar pela força da pecúnia o voto dos Constituintes.

"Anteontem, com o propósito de esclarecer os lúcidos e obter o apoio dos sinceros, reuniram-se alguns presidentes de empresas de capital estrangeiro com um grupo de redatores econômicos dos maiores jornais e revistas do País, num almoço-debate no Jockey Club.

"Apesar de os esclarecimentos terem sido amplos e das discussões abertas e aparentemente frutíferas, a manchete do GLOBO de ontem não poderia ter sido mais daninha à causa que é do interesse geral. Além disso, toda a matéria foi tratada (tanto na coluna econômica quanto no próprio texto) sob o enfoque da distorção para

levar à fatal conclusão (destaque em negrito da declaração do Presidente Ulysses Guimarães na edição de hoje, pág. 3) de que se trata de uma "falta de respeito" à Constituinte.

"O fato de que um trabalho penoso, corajoso e sincero de divulgação e debate, como o que estamos tentando levar adiante, que mereceu inclusive o seu integral apoio pessoal — como vem merecendo o de todos os brasileiros esclarecidos com quem temos conversado —, poder ser de tal forma distorcido e denegrido num jornal da categoria do GLOBO seria desanimador, se não viesse reforçar mais ainda a convicção de que o esclarecimento da verdade é indispensável e de que, para isso, é imprescindível o apoio daqueles que, como o senhor, podem evitar que a falsidade e a malícia venham pôr a perder um esforço cujo maior beneficiário é o povo, pobre e sofredor do nosso país.

"Contando, como sempre, com o seu apoio à boa causa, e na expectativa de que o GLOBO possa vir a refletir tal apoio tão mais indispensável quanto todos sabemos o papel de liderança que exerce na formação da opinião pública nacional, envio o meu mais cordial abraço."



Assessores fazem fila para a apresentação de emendas

Ulysses decide comandar todas as negociações

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, participará pessoalmente das negociações para as votações do segundo turno. Ulysses quer que a última fase dos trabalhos em plenário dure apenas 20 dias. Num jantar em sua casa, na quarta-feira, ele convocou todas as lideranças para uma reunião para a próxima quarta-feira, em seu gabinete, na qual serão analisadas as emendas apresentadas.

Ulysses chegou um pouco atrasado ao jantar. Seu interesse em concluir rapidamente os trabalhos foi sentido quando um dos presentes sugeriu a prorrogação do prazo para entrega de emendas.

— O que está marcado está marcado — disse ele, secamente, encerrando o assunto.

Embora informais, as conversas entre os convidados giraram sempre em torno de questões constitucionais. Ladeado na mesa de jantar pelo Vice-Líder do PC do B, Aldo Arantes (GO) — com quem conversou durante toda a refeição —, o Líder do PFL, José Lourenço (BA), surpreendeu a todos quando se falou na supressão do tabelamento

dos juros.

— Isto tem que ficar na Constituinte, como um monumento à burrice.

A importância das negociações foi admitida por todos, pois — como argumentou Lourenço — "sem acordo, ninguém conseguirá aprovar nada".

Também foi consensual o otimismo em relação ao cumprimento do prazo de votação previsto por Ulysses. Na avaliação do Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho (PA), é possível que surjam duas mil emendas, mas não mais do que 300 irão realmente à votação, pois muitas propostas deverão coincidir.

O Relator Auxiliar José Fogaça (PMDB-RS) acha que não passará de 60 o número de emendas polêmicas, que exigirão encaminhamento em plenário. Assim, 20 dias seria até um prazo grande. Ele informou ainda que Ulysses irá analisar pessoalmente a eventual duplicidade de emendas — uma tarefa própria do plenário. Agindo assim, o Presidente da Constituinte tentará evitar a tramitação de propostas que serviriam apenas para obstruir as sessões.

Primeira emenda é contra dois turnos e de candidato

BRASÍLIA — O primeiro constituinte a apresentar emendas para o segundo turno foi o Deputado Sotero Cunha (PDC-RJ). Candidato à Prefeitura de Nova Iguaçu — com 1,5 milhão de habitantes — ele propôs três supressões, das quais a mais importante se refere ao segundo turno nas eleições municipais de cidades com mais de 200 mil habitantes. No total foram protocoladas ontem 142 propostas.

A grande maioria trata dos direitos sociais, da anistia aos micro e pequenos empresários e produtores rurais, à defesa das empresas multinacionais do setor de saúde, à efetivação de funcionários públicos com cinco anos de serviço à data da promulgação da Constituinte, aos privilégios das empresas de capital nacional e ao teto de 12 por cento para os juros bancários.

O Deputado Onofre Corrêa (PMDB-MA) quer eliminar o limite máximo de cinco mil OTNs para a anistia aos micro e pequenos empresários. A taxa dos lucros, ganhos e rendimentos do capital, através de adicional de cinco por cento do Imposto de Renda, consta de dispositivo que o Deputado Gerson Pêres (PDS-PA) e o Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) visam derrubar. O mesmo Lira, e a Deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) pretendem suprimir partes dos privilégios concedidos à empresa nacional, como o de fornecedor preferencial do Governo.

O Deputado Jorge Arbage (PDS-PA) se propõe a eliminar a jornada de seis horas de trabalho nos turnos ininterruptos e seu colega Eliel Rodrigues (PMDB-PA) quer o fim da licença paternidade.

Fiesp condena notícias sobre 'lobby' na Constituinte

SÃO PAULO — O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, divulgou ontem à noite nota oficial condenando o noticiário sobre a decisão de empresas multinacionais instaladas no País de gastarem US\$ 2 milhões para tentar mudar pontos que as desagradam no texto aprovado no primeiro turno da Constituinte.

Amato diz que a participação dos empresários na Constituinte "tem sido aberta, clara, legal e absolutamente ética" e que eles têm usado de uma prerrogativa que é dada a todos os setores da sociedade. Ele define a nota como uma manifestação de defesa da soberania da Constituinte.

O Primeiro Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, afirmou que a informação de que um grupo de empresas multinacionais aplicaria US\$ 2 milhões para influir no segundo turno

da Constituinte não foi bem recebida pela maioria das empresas estrangeiras instaladas no País.

— Na reunião com as multinacionais na Fiesp, quarta-feira à tarde, o comportamento daquelas empresas foi criticado duramente, pois temos é que conversar e nunca anunciar que se vai gastar dinheiro.

Segundo ele, o empresário também não recebeu bem a notícia sobre a reunião de algumas empresas multinacionais no Rio de Janeiro.

Moreira Ferreira disse que ao mesmo tempo em que a Fiesp se reúne com representantes de multinacionais na Capital paulista, em Brasília havia outra reunião de empresários ligados à Confederação Nacional da Indústria (CNI) para discutir a votação do segundo turno da Constituinte e os pontos que mais desagradam ao empresariado.

— No início, pensávamos em oito pontos, mas agora chega-

mos a pouco mais de 24 que podem ser alterados — afirmou o Vice-Presidente da Fiesp, que faz parte da Assessoria Legislativa da CNI.

A grande dificuldade enfrentada pelos empresários, segundo ele, é o exodo de parlamentares de Brasília, por causa das negociações nos estados para escolha de candidatos nas eleições de novembro.

— Temos que procurá-los nos estados. E é o que estamos começando a fazer, buscando o debate — disse Pereira.

A nota de Mário Amato é a seguinte:

"Na qualidade de Presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e interpretando a posição consensual do empresariado industrial do meu Estado, quero manifestar a mais veemente repulsa ao noticiário veiculado a respeito de um populeado "lobby" de fundo financeiro, atribuído a empresas multinacionais e cujo objetivo seria o de influenciar senhores constituintes na condução de voto no segundo turno que se avizinha. De início, duvidamos que o represen-

tante da multinacional ao qual foi imputada a informação tenha assim se manifestado. Primeiro, porque não há como admitir uma atitude imoral como essa, por parte de um segmento importante da nossa economia e cujo comportamento tem sido sempre coerente com os mais altos interesses do País que o abrigou. Segundo, porque representaria uma afronta aos delegados da sociedade brasileira incumbidos, pelo voto popular e direto, de estabelecerem nossas normas mais altas consubstanciadas na futura Constituição do Brasil.

O empresariado tem estado presente junto à Assembléia Nacional Constituinte, nesse processo de formulação institucional, através de suas legítimas entidades representativas, numa atuação aberta, clara, legal e absolutamente ética. Usa, assim, da prerrogativa que lhe dá o regime em que vivemos, democrático e pluralista. Apresentamos as nossas postulações com o mesmo direito reconhecido aos demais segmentos sociais.

Esta manifestação pública da Fiesp-Ciesp objetiva menos promover a defesa do empresariado, neste deplorável episódio, para se pronunciar em defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

CURTO PRAZO VW

Estoque limitado de VW zero por condições especiais. Aproveite. Antes de comprar, fale com o seu Concessionário Volkswagen.

O melhor investimento atualmente não é ouro, nem dólar, nem open, nem poupança. O que está rendendo mais que tudo isso é o Curto Prazo VW. Explicando: os

Concessionários estão oferecendo um estoque limitado de carros em condições especialíssimas mesmo. Com a velocidade que os carros aumentam, isso significa que quem

comprar já, ganha mais do que em qualquer investimento. Mas seja rápido. Pois, como você leu, os

estoques em promoção são limitados. No Curto Prazo VW, o prazo é curto mesmo.

Rede Autorizada

Concessionárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

LANÇAMENTO

MARTINI ROSSI
NA CASA DO VINHO AGRISUL

Venha degustar os Varietais brancos da linha Barão de Lantier.

Chardonnay Riesling Itálico Semillon Blanc

Temos todos os vinhos da Martini Rossi!

RUA SACADURA CABRAL, 228 (Entrada à domicílio) 253-5343 - 253-6543

Classificados VEM QUE TEM